

Discurso do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, em Genebra – 12 de junho/23, 14h30

Sr. Diretor-Geral, Gilbert Hougbo,

Sr. Presidente da centésima décima primeira Conferência Internacional do Trabalho, Sua Excelência o senhor Ali bin Samikh Al Marri,

Meus colegas Ministros,
Senhoras e Senhores,

Cumprimento todas as delegações presentes e parabênizo o Diretor-Geral Gilbert Hougbo pelo seu mandato à frente desta casa, assim como pela sua primeira Conferência.

Nosso governo, participa novamente como Ministério do Trabalho e Emprego, já que o próprio Ministério, que havia sido extinto, teve de ser reconstruído. Estamos todos muito entusiasmados com o regresso!

Agradeço ao Diretor-Geral da OIT, Gilbert Hougbo, pelo seu relatório “Promoção da Justiça Social”, que oferece diretrizes viáveis para fazer avançar a justiça social a nível global e nacional.

Temos a grata surpresa de abordar na Conferência um tema central que o nosso governo persegue incessantemente: o combate à desigualdade e a luta pela JUSTIÇA SOCIAL. Nós nos somamos a essa busca e trabalhamos para eliminar a pobreza, combater a exclusão e o preconceito, promover o pleno emprego, o trabalho decente, a adoção de medidas de proteção social, a valorização da negociação coletiva e o respeito aos princípios e aos direitos fundamentais do trabalho.

Isto se expressa através de várias ações que o nosso Ministério já colocou em marcha em pouco mais de cinco meses de governo: o envio ao parlamento da política de valorização real do salário mínimo; a recriação e revitalização dos Conselhos tripartites que monitoram as políticas públicas do Ministério; a instalação do Grupo de Trabalho tripartite para promover as relações de trabalho e a negociação coletiva; a instalação da mesa nacional tripartite para regulação do trabalho em plataformas/aplicativos; a proposta já aprovada pelo parlamento do Projeto de Lei da Igualdade salarial entre homens e mulheres; as mensagens ao congresso nacional pela ratificação das Convenções da OIT 156, 190, 187, 129 e Protocolo da Convenção 29; as diversas ações de resgate de trabalhadores e trabalhadoras em situação análoga à escravidão, entre tantas outras.

Mas, é claro que isso é apenas o começo, em face de tantos desafios para o nosso país, perante um mundo do trabalho em acelerada transformação. Contamos com a convicção e liderança do Presidente Lula que, como todos sabem, tem como sua origem política a luta pela justiça e direito dos trabalhadores, para continuar e seguir com o projeto de país e mundo melhor que buscamos, com relações de trabalho e produção mais justas para as pessoas e o planeta.

Tenho acompanhado de perto, e com atenção, o projeto do Diretor-Geral da OIT sobre uma coalizão pela justiça social e o congratulamos pela iniciativa. Essa plataforma de diversas organizações pode ser uma oportunidade para união de esforços das diversas agências das Nações Unidas, OCDE e as organizações financeiras internacionais. As desigualdades em todo o mundo e o seu impacto sobre os trabalhadores e as trabalhadoras é uma questão primordial que precisa estar no centro do debate político no enfrentamento aos desafios no mundo no trabalho.

E se estamos falando de elementos essenciais ao desenvolvimento, não podemos deixar de falar de diálogo e parceria. Não há justiça social sem liberdade sindical e negociação coletiva. Os governos devem promover o ambiente para que junto às organizações de empregadores e trabalhadores se possam encontrar soluções conjuntas e construir confiança. O diálogo social robusto e eficaz permite traçar caminhos de desenvolvimento inclusivos com oportunidades justas para todas e todos, de modo a garantir também transições justas em face das transformações no mundo do trabalho.

Ainda que tenhamos avançado muito no passado, a pandemia e o retrocesso imposto pela incapacidade de governos anteriores, impõem ao Brasil a necessidade de uma reconstrução rumo à igualdade e oportunidade para todos. Devemos ver a justiça social como elemento indispensável para alcançar sociedades equitativas e resilientes e a manutenção da paz duradoura.

Desejo sucesso a esta Conferência, que tem sido um espaço privilegiado, a nível global, apto para discutir formas de avançar a agenda do trabalho decente e a justiça social. O Brasil será certamente um campeão na implantação de suas resoluções.

Muito obrigado.